

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Alterações significativas	11
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	28
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	51
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	55
10.5 - Políticas contábeis críticas	57
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	74
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	75
10.8 - Plano de Negócios	76
10.9 - Outros fatores com influência relevante	78

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

Até a data da publicação deste Formulário de Referência a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos corporativos.

Os riscos são tratados de forma descentralizada com exceção dos riscos Financeiros e Administrativos cujos processos e controles são monitorados pela Área de Controles Internos. Os riscos são tratados de acordo com as políticas vigentes aprovadas pelo Conselho de Administração.

A companhia está ampliando e aprimorando o monitoramento dos seus riscos corporativos por meio do projeto de gestão integrada Enterprise Risk Management (ERM), iniciado em 2012. Acompanhadas pelo Conselho de Administração, as atividades do projeto que integra iniciativas de Pesquisa e Desenvolvimento foram concluídas em 2016, quando os riscos passaram a ser avaliados com o horizonte de cinco anos. Após o piloto realizado em 2013, eles estão sendo mensurados para um prazo de três anos. Em 2014, o foco esteve no desenvolvimento de um sistema adequado à indústria de energia que poderá ser utilizado também por outras empresas como apoio ao processo decisório sobre riscos a serem mitigados.

Uma política formalizada de gerenciamento de riscos corporativos será elaborada em conjunto com a nova empresa controladora da Companhia.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção
- ii. os instrumentos utilizados para proteção
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Riscos Setoriais

Hidrológicos – Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. A mitigação ocorre no conjunto do Sistema Integrado Nacional (SIN), por meio do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos hidrológicos das usinas despachadas de forma centralizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Já de maneira corporativa, a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Companhia controla esse risco por meio do planejamento energético, para garantir um nível de contratação de energia ótimo em relação à garantia física das usinas. Em 2014, por exemplo, a energia previamente contratada foi equivalente a 92,3% da garantia física e para 2015 foi de 82,05%. Esse processo está em permanente aperfeiçoamento e atualmente tem como apoio cinco diferentes metodologias. Conta ainda com intenso monitoramento climatológico e, por meio de modelos computacionais e análises, monitora o risco de uma alteração no regime hidrológico dos tributários do Rio Paranapanema. Dessa forma, pode adotar as estratégias necessárias, com antecedência, para reduzir possíveis impactos ocasionados por eventos climáticos extremos nos ativos da companhia.

Regulatórios – As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Dessa forma, alterações no ambiente regulatório podem exercer impacto sobre o desempenho. Para acompanhar as determinações do órgão regulador e promover a conformidade nas suas operações, a companhia possui uma área específica de regulação e participa das entidades setoriais de geração de energia.

Empresariais

Financeiros – Incluem riscos de mercado (como juros, preços e câmbio), crédito e liquidez. O impacto de juros sobre a emissão de debêntures, por exemplo, é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pela variação dos Certificados de Depósito Bancário (CDB), enquanto os reajustes dos preços nos contratos bilaterais e de leilão são indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M. Na gestão do risco de crédito que envolva bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A". Já a avaliação da qualidade do crédito do cliente leva em consideração sua posição financeira e experiência passada, entre outros fatores. Nos contratos fechados com as distribuidoras por meio de leilão público, os riscos são minimizados com o uso de mecanismos de garantia baseados em recebíveis. Os contratos com clientes livres utilizam mecanismos que podem ser fiança bancária, cessão do CDB ou fiança corporativa. De forma a assegurar caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, as previsões de liquidez levam em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) e metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. O excesso de caixa é investido em contas com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada.

Há também um sistema de controles internos, *Control Tracker*, para controlar os riscos administrativos, financeiros e assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia utiliza o padrão *Coso*, do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, na definição dos principais controles. Os processos monitorados por esses controles são Receita, Comercial, Crédito e Risco, Registros Contábeis, Contas a Pagar, Contas a Receber, Folha de Pagamento, Tecnologia da Informação, Administração, Compras, Ativo Fixo e Práticas Anticorrupção. Esses processos são revisados e auditados através da metodologia *Selftest* anualmente.

Operacionais – Atividades de monitoramento e manutenção preventiva dos ativos críticos asseguram o fornecimento de energia elétrica ao SIN e lastreiam os contratos de compra e venda de energia elétrica, além de reduzir custos e paradas não programadas de suas unidades geradoras. Há planejamento e diagnóstico plurianual com revisão anual da programação de manutenção e investimentos nas usinas. É mantida uma rede telemétrica para planejar e executar a operação das usinas, constituída de 39 estações pluviométricas e 17 estações fluviométricas instaladas estrategicamente na bacia hidrográfica do Rio Paranapanema, que tem área aproximada de 100 mil quilômetros quadrados, e por meio da qual monitora em tempo real o volume de chuvas ocorridas e as vazões nos principais tributários do rio. Uma série de procedimentos busca assegurar a integridade física dos empreendimentos, no caso de eventos extremos como secas e cheias, associados a mudanças climáticas. Para auxiliar o processo de execução de controle de cheias durante o período úmido e o gerenciamento dos níveis de armazenamento dos reservatórios durante o período seco, a Rio Paranapanema Energia possui um contrato de prestação de serviços de informações meteorológicas com o Instituto Simepar, que fornece diariamente a previsão de chuvas.

Planos de contingência são previstos no Sistema de Operação em Situação de Emergência (Sosem), no qual estão pré-estabelecidas as diretrizes e os princípios básicos para enfrentar situações de cheias nos reservatórios, assim como a capacitação de todos os funcionários das áreas operacionais das usinas. Engenheiros especializados em segurança de barragens fazem o constante monitoramento da integridade física dessas estruturas e cuidam para que estejam de acordo com os padrões estabelecidos pela regulamentação em vigor. Há ainda Plano de Resposta para Emergências (PRE) e Plano de Continuidade de Negócios (PCN).

Socioambientais e patrimoniais – A Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, certificada pela ISO 14001, é o principal instrumento de gestão de riscos e impactos ambientais, decorrentes principalmente da operação das usinas, como nível de reservatórios e volume de água vertida. Com a obrigação de fiscalizar e zelar pelo seu patrimônio, incluindo as áreas do entorno de seus reservatórios, cujo perímetro soma cerca de 5 mil quilômetros, a Companhia mantém uma equipe destinada ao engajamento com as populações ribeirinhas,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

municipalidades, Ministério Público e órgãos ambientais com a finalidade de desenvolver iniciativas para cuidar do patrimônio sob sua concessão.

Os planos de contingência descritos no item "Operacionais" acima também fazem parte do gerenciamento de riscos socioambientais.

Imagem e reputação – A companhia monitora notícias de jornais, rádios, revistas, televisão e redes sociais para acompanhar a percepção da imagem e estabelecer a melhor estratégia com suas partes interessadas. Promove pesquisas estruturadas com suas principais partes interessadas e realiza a difusão de normas de conduta entre os empregados e fornecedores, ressaltando ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente, de modo a que estejam sempre associados ao seu nome.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Atualmente está em andamento o processo de implantação da gestão dos riscos corporativos (ERM) iniciado em 2012, incluindo a definição da política que será adotada. Assim os riscos são tratados de forma descentralizada de acordo com as políticas vigentes, pelas áreas responsáveis e respectivos sistemas, conforme comentado no item b, com exceção para os riscos Financeiros e Administrativos que contam com a estrutura de controles internos para verificação da efetividade das políticas adotadas. A área é composta por um analista pleno e um Gerente de Compliance.

Treinamento

Em 2016 foram realizados treinamentos do Código de Ética nos Negócios nos formatos *e-learning*, com 100% de participação dos empregados, e presencial.

Em 2017 com a mudança de controle da Rio Paranapanema Energia um novo Código de Ética e Conduta nos Negócios está sendo divulgado. O novo Código foi distribuído para todos os empregados e os treinamentos relacionados ao Código estão previstos para o 2º semestre de 2017.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência e não possuiu nos últimos três exercícios sociais, política formal de gerenciamento de riscos de mercado, incluindo inflação e taxa de câmbio.

Na data desse Formulário de Referência, a Companhia não detém posições que possam gerar exposições relacionadas a derivativos, moedas estrangeiras, ou a preços de commodities, portanto flutuações dessa natureza não afetariam a Companhia.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. riscos para os quais se busca proteção

A Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência e não possuiu nos últimos três exercícios sociais, política formal de gerenciamento de riscos de mercado, conforme informado no item a acima.

Riscos relacionados à inflação que possam impactar os juros sobre a emissão de debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pela variação dos Certificados de Depósito Bancário (CDB), enquanto os reajustes dos preços nos contratos bilaterais e de leilão são indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M. Na gestão do risco de crédito que envolva bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A". Já a avaliação da qualidade do crédito do cliente leva em consideração sua posição financeira e experiência passada, entre outros fatores. Nos contratos fechados com as distribuidoras por meio de leilão público, os riscos são minimizados com o uso de mecanismos de garantia baseados em recebíveis. Os contratos com clientes livres utilizam mecanismos que podem ser fiança bancária, cessão do CDB ou fiança corporativa. De forma a assegurar caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, as previsões de liquidez levam em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) e metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. O excesso de caixa é investido em contas com

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada.

ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência e não possuiu nos últimos três exercícios sociais, ativos expostos que requeiram adoção de estratégias de proteção patrimonial (hedge).

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência e não possuiu nos últimos três exercícios sociais, ativos expostos que requeiram o uso de instrumentos de proteção patrimonial (hedge).

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência e não possuiu nos últimos três exercícios sociais, política formal de gerenciamento de riscos de mercado, e dessa forma não possui parâmetros para gerenciamento de tais riscos.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não possui instrumentos financeiros (hedge) com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência e não possuiu nos últimos três exercícios sociais, política formal de controle de gerenciamento de riscos.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui uma área de controles internos que é responsável pelo monitoramento da adoção e efetividade das políticas formais e pelos controles relacionados aos riscos financeiros e administrativos. A Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência e não

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

possuiu nos últimos três exercícios sociais, política formal de gerenciamento de riscos de mercado, incluindo inflação e taxa de câmbio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O rígido cumprimento da legislação e das políticas da Companhia e a adoção de melhores práticas são marcas da governança corporativa da Companhia sob o pilar de *compliance*. São mantidos processos, sistemas automatizados de controle e oferecidos treinamento aos profissionais sobre aspectos relacionados a Ética, Proibição de Práticas de Corrupção, seguindo as leis Anticorrupção aplicáveis.

Com foco na construção de uma Cultura de Conformidade, e na valorização e no incentivo ao empregado em fazer o que é certo, a Companhia mantém o programa de *Compliance* atrelado a uma das metas do Programa de Bônus. O acompanhamento se dá por meio de indicadores que levam em consideração os resultados das auditorias internas e externas, a verificação dos controles internos e a leitura de políticas.

A Companhia conta com uma estrutura de controles internos com objetivo de mitigar riscos relacionados ao negócio.

A Companhia mantém um sistema de controles, "Control Tracker", com os principais processos mapeados e testados anualmente. Esses processos são revistos constantemente para assegurar um alto grau de conformidade com as políticas e práticas contábeis. Os processos monitorados por esses controles são Receita, Comercial, Crédito e Risco, Registros Contábeis, Contas a Pagar, Contas a Receber, Folha de Pagamento, Tecnologia da Informação, Administração, Compras, Ativo Fixo e Práticas Anticorrupção. Esses processos são revisados e auditados através da metodologia *Selftest* anualmente, além da auditoria realizada pelo auditor independente.

As inconformidades são corrigidas prontamente, os processos revistos e novos controles implementados para evitar que o mesmo problema volte a ocorrer.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma área de controles internos, que é responsável pelo monitoramento da adoção e efetividade das políticas formais além do gerenciamento dos controles existentes através do sistema "Control Tacker". A área é composta por um analista e um gerente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles internos é supervisionada pelo Gerente da Área de Controles Internos, através de revisão de processos, indicadores mensais de Compliance que contemplam entre outros as auditorias de Controles Internos e o monitoramento dos controles existentes no sistema "Control Tracker" (ver mais detalhes sobre os controles no item 5.1b deste Formulário de Referência). O resultado da performance desses indicadores faz parte do programa de bônus anual da Companhia.

As atividades da área de Controles Internos, os resultados dos indicadores de Compliance e qualquer problema identificado em relação aos controles internos fazem parte da pauta periódica das reuniões do Conselho de Administração.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O auditor independente não reportou, durante a execução dos trabalhos de auditoria dos anos de 2014 e 2016 recomendações ou deficiências sobre os nossos controles internos.

No exercício de 2015 o auditor independente fez duas recomendações a respeito dos controles internos da Companhia que não se caracterizaram como deficiências significativas ou materiais.

1- Recomendação de melhoria

Recomendamos que a Administração implemente controle de revisão da base de reconhecimento de receitas diferidas que assegure que 100% dos contratos passíveis de linearização de receitas sejam capturados em tempo hábil.

2- Recomendação de melhoria

Recomendamos que a Administração implemente controle de revisão periódica da base de contingências que assegure que 100% dos processos envolvendo a Companhia sejam capturados em tempo hábil e recebam o devido tratamento contábil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Apesar das recomendações apontadas não caracterizarem deficiência significativa ou material nos controles internos, os processos foram revistos e novos controles implementados para garantir a confiabilidade das informações financeiras.

Em relação à recomendação sobre as receitas diferidas, item d.1 acima, a Companhia implementou controle de revisão da base de reconhecimento das receitas diferidas conciliando relatórios do sistema Comercial com os registros contábeis.

Em relação à recomendação sobre as Contingências, item d.2 acima, a Companhia implementará controles de revisão periódica da base de contingência que incluem conciliação entre os dados do Jurídico, Escritório Externo e Contabilidade.

Os dois controles foram implementados no 2º trimestre de 2016.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

A companhia entende que até o momento não houve alteração significativa sobre a sua exposição aos riscos descritos no item 4.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A Companhia entende que todas as informações consideradas relevantes relativas ao item 5 deste Formulário de Referência foram informadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As demonstrações financeiras de 2016, 2015, e 2014 foram preparadas com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis a suas operações os quais estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A partir do segundo trimestre de 2015, as demonstrações financeiras passaram a ser apresentadas de forma consolidada contemplando o efeito do resultado da controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda, nova denominação, a partir de 29 de dezembro de 2016, da Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda., que era denominada de 07 de maio de 2015 a novembro de 2015 DEB Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda.

No encerramento de 2016, a China Three Gorges concluiu a aquisição dos ativos da Duke Energy no Brasil, cuja transação correspondeu ao *enterprise value* de US\$ 1,2 bilhão. A transação representou a aquisição direta pela CTG de todas as 735.023 ações preferenciais detidas pela Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. e indireta das 31.180.723 ações ordinárias e 57.849.548 ações preferenciais detidas pela Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda.), controladora direta da Companhia, representando no total 99,06% do capital votante da Companhia. A compra foi efetivada em 29 de dezembro de 2016. Em 26 de janeiro de 2017, a então Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. passou a ser denominada Rio Paranapanema Energia S.A.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresentou nos últimos três anos condições financeiras e patrimoniais favoráveis para desenvolver suas atividades, com forte geração de caixa e baixos níveis de endividamento.

O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 31 de dezembro 2016 e 2015 (consolidados), e 2014 (individual) foi de 0,76, 0,87 e 0,79 respectivamente. Em 2016 esse índice reflete as transferências do empréstimo e da 1ª parcela da 5ª emissão de debêntures, série 1 (um), para o passivo circulante, que serão liquidados em maio de 2017, o provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, aumento na provisão de tributos a recolher e efeito da liminar do GSF. A geração de caixa da Companhia, decorrente de suas atividades operacionais, será suficiente para equalizar esse cenário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O nível de endividamento da Companhia (Dívida Líquida / EBITDA), em 31 de dezembro de 2016 e 2015 consolidados, e 2014 individual foi de 0,78, 1,54 e 1,50 respectivamente.

Como resultado de uma cuidadosa gestão de operações e manutenção das usinas hidrelétricas, a Companhia é capaz de controlar os custos operacionais de forma eficiente. Além disso, a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes e compatíveis com as atividades desenvolvidas, cumprindo com suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

b. estrutura de capital

A Administração acompanha regularmente a estrutura de capital da Companhia e os custos associados. O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 1.772,0 milhões no exercício de 2016, R\$ 1.813,9 milhões no exercício de 2015 e R\$ 1.869,6 milhões no exercício de 2014. Em 2016, 2015 e 2014, houve realização dos ajustes de avaliação patrimonial pela depreciação e baixa de bens para aqueles em que havia custo atribuído no período.

A dívida financeira líquida – representada pelo endividamento, deduzidos recursos em caixa e equivalentes de caixa, reduziu 32,12% em 2016, comparado ao exercício de 2015, de R\$ 994,7 milhões para R\$ 675,2 milhões. A variação decorre, principalmente, do aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, em virtude da geração de caixa da Companhia, em razão dos efeitos relativos à liminar do GSF.

Em 2015, a dívida financeira líquida diminuiu 5,7 % devido o aumento dos valores de caixa e equivalentes de caixa, comparado ao exercício de 2014 em que a dívida líquida foi de R\$ 1.054,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia era de R\$ 839,1 milhões, o mesmo em relação a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, representado por 31.477.761 ações ordinárias e 62.955.522 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais dos acionistas.

Estrutura de Capital

Em milhares de reais	2016	%	2015	%	2014	%
Capital de terceiros	2.616.135	59,6	2.368.705	56,6	1.974.277	51,4
Capital próprio	1.771.988	40,4	1.813.883	43,4	1.869.566	48,6
Total do passivo e patrimônio líquido	4.388.123	100,0	4.182.588	100,0	3.843.843	100,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os quadros abaixo demonstram a distribuição do capital social da Companhia, entre os anos de 2014 e 2016:

Exercício 2016	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
Acionistas	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda.)	31.180.723	99,06	57.849.548	91,89	89.030.271	94,28
Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. (anteriormente denominada Duke Energy International Brazil Holdings Ltd.)	0	0,00	735.023	1,17	735.023	0,78
Cia Metropolitana de São Paulo	0	0,00	1.070.300	1,70	1.070.300	1,13
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.038	0,94	3.300.651	5,24	3.597.689	3,81
Total	31.477.761	100	62.955.522	100	94.433.283	100

Exercício 2015	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
Acionistas	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Duke Energy International, Brasil Ltda.	31.180.723	99,06	57.849.548	91,89	89.030.271	94,28
Duke Energy International, Brazil Holdings Ltd.	-	-	735.023	1,17	735.023	0,78
Companhia do Metropolitano de S.Paulo	-	-	1.070.427	1,70	1.070.427	1,13
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.038	0,94	3.300.524	5,24	3.597.562	3,81
Total	31.477.761	100	62.955.522	100	94.433.283	100

Exercício 2014	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
Acionistas	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Duke Energy International, Brasil Ltda.	31.180.723	99,06	57.849.548	91,89	89.030.271	94,28
Duke Energy International, Brazil Holdings Ltd.	-	-	735.023	1,17	735.023	0,78
Companhia do Metropolitano de S.Paulo	-	-	1.323.627	2,10	1.323.627	1,40
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.038	0,94	3.047.324	4,84	3.344.362	3,54
Total	31.477.761	100	62.955.522	100	94.433.283	100

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração, com base em análise de indicadores de desempenho e de geração operacional de caixa, entende que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos e os respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa. Não obstante o entendimento da Administração da Companhia, caso sejam necessários recursos à complementação de tal montante, esses serão obtidos por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	2014	2015	2016
Empréstimo	-	199.125	230.228
Debêntures	1.195.937	1.259.658	1.297.523
Curto Prazo	42.584	207.974	285.383
Longo Prazo	1.153.353	1.051.684	1.012.140
Caixa	(141.391)	(464.069)	(852.563)
Dívida líquida	1.054.546	994.714	675.188

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

A fonte de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes foi a geração de caixa da Companhia.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia utiliza recursos próprios (geração de caixa) para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes. Na eventual deficiência de liquidez, a Companhia poderá utilizar empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes, (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta totalizava R\$ 1.527,8 milhões, representando um acréscimo de 4,73% em relação aos R\$ 1.458,8 milhões de 2015. Esse acréscimo é resultado da captação pela da 6ª emissão de debêntures de R\$ 160 milhões além da variação monetária e juros referentes ao empréstimo e debêntures de emissões anteriores, compensado pelo pagamento de principal mais juros de emissões anteriores.

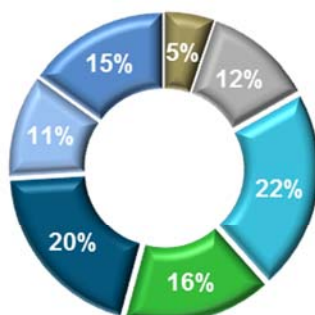
Em 31 de dezembro de 2015, a dívida bruta totalizava R\$ 1.458,8 milhões, representando um acréscimo de 22% em relação aos R\$ 1.195,9 milhões de 2014. Esse acréscimo é resultado da captação de empréstimo ocorrida em maio de 2015, no montante de R\$ 181 milhões, além da correção monetária referente a esse empréstimo e à correção das debêntures.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em milhares de reais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						
Debêntres						
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2016	2015	2014
3ª	Única	Variação CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	80.303	160.386	158.320
4ª	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	177.314	266.045	262.876
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	328.952	308.543	278.688
5ª	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	241.970	241.410	240.357
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	302.606	283.274	255.696
6ª	Única	Variação CDI + 2,00% a.a.	10/09/2018	166.378		
				1.297.523	1.259.658	1.195.937

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
Empréstimo					
Empréstimo	Remuneração	Vencimento	2016	2015	2014
Cédula de empréstimo bancário (CCB)	Variação CDI + 1,4% ao ano	05/05/2017	230.228	199.125	-
			230.228	199.125	-

Fator de correção da dívida em 2016

- 3ª Emissão Série Única - CDI
- 4ª Emissão Série 1 - CDI
- 4ª Emissão Série 2 - IPCA
- 5ª Emissão Série 1 - CDI
- 5ª Emissão Série 2 - IPCA
- 6ª Emissão Série Única - CDI
- CCB - CDI

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo segue descrição dos principais contratos de empréstimo da Companhia:

DEBÊNTURES DA 3ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão, em 10 de janeiro de 2012, de debêntures em série única ("Debêntures da 3ª Emissão"), composta por 15.000 (quinze mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cuja remuneração é de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos, portanto, 10 de janeiro de 2017. O valor nominal das Debêntures da 3ª Emissão será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, sendo (i) a primeira parcela, no valor equivalente a 50% do valor nominal de cada uma das debêntures devida em 10 de janeiro de 2016; (ii) a segunda parcela, no valor equivalente a 50% do valor nominal de cada uma das debêntures devida na data de vencimento das Debêntures da 3ª Emissão.

Os juros remuneratórios das Debêntures da 3ª Emissão correspondem a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, pagáveis semestralmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de julho de 2012 e, o último, na data de vencimento das Debêntures da 3ª Emissão.

DEBÊNTURES DA 4ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão de debêntures, em 16 de julho de 2013, em duas séries ("Debêntures da 4ª Emissão"), sendo a primeira série composta por 250.000 mil Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada por 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interbancário) acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, definida em procedimento do bookbuilding, de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos, portanto, 16 de julho de 2018. O valor nominal das Debêntures da primeira série da 4ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas primeiras parcelas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) cada uma e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da primeira série, ocorrendo o primeiro pagamento em 16 de julho de 2016 e o último na data de vencimento da primeira série.

A segunda série também é composta por 250.000 mil debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada com juros remuneratórios correspondentes a 6,07% (seis inteiros e sete centésimos por cento) e com atualização monetária de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e prazo de vencimento de 10 (dez) anos, portanto, em 16 de julho de 2023. O valor nominal das Debêntures da segunda série da 4ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas primeiras parcelas correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da segunda série, ocorrendo o primeiro pagamento em 16 de julho de 2021 e o saldo remanescente do valor nominal na data de vencimento da segunda série.

DEBÊNTURES DA 5ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão de debêntures, em 20 de maio de 2014, em duas séries ("Debêntures da 5ª Emissão"), sendo a primeira série composta por 23.900 mil Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), remunerada por 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interbancário) acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, definida em procedimento do bookbuilding, de 0,89% (oitenta e nove centésimos por cento) e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos, portanto, 20 de maio de 2019. O valor nominal das Debêntures da primeira série da 5ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas primeiras parcelas correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) cada uma e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da primeira série, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2017 e o último na data de vencimento da primeira série.

A segunda série é composta por 24.000 mil debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), remunerada com juros remuneratórios correspondentes a 7,01% (sete inteiros e um centésimo por cento) e com atualização monetária de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e prazo de vencimento de 07 (sete) anos, portanto, em 20 de maio de 2021. O valor nominal das Debêntures da segunda série da 5ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

primeiras parcelas correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da segunda série, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2019 e o saldo remanescente do valor nominal na data de vencimento da segunda série, ou seja, 20 de maio de 2021.

DEBÊNTURES DA 6ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão, em 08 de setembro de 2016, de debêntures em série única ("Debêntures da 6ª Emissão"), composta por 16.000 (dezesesseis mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cuja remuneração é de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 2,00% (dois por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos e prazo de vencimento em 2 (dois) anos, portanto, 08 de setembro de 2018. O valor nominal das Debêntures da 6ª Emissão será pago em 1 (uma) parcela, na data de vencimento das Debêntures da 6ª Emissão.

DEBÊNTURES DA 7ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão de debêntures, em 17 de julho de 2017, em duas séries ("Debêntures da 7ª Emissão"), sendo a primeira série composta por 220.000 mil (duzentas e vinte mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada por 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro) de um dia, acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, definida em procedimento do *bookbuilding*, de 0,40% (quarenta centésimos por cento) e prazo de vencimento em 3 (três) anos, portanto, 15 de agosto de 2020. O valor nominal das Debêntures da primeira série da 7ª Emissão será pago em 1 (uma) única parcela.

A segunda série é composta por 200.000 mil (duzentas mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada com juros remuneratórios correspondentes a 5,90% (cinco inteiros e noventa centésimo por cento) ao ano e com atualização monetária de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e prazo de vencimento de 05 (cinco) anos, portanto, em 15 de agosto de 2022. O valor nominal das Debêntures da segunda série da 5ª Emissão será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira e a segunda parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) por debênture da segunda série, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2021 e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

o saldo remanescente do valor nominal na data de vencimento da segunda série, ou seja, 15 de agosto de 2022.

DEBÊNTURES DA 8ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão de debêntures, em 15 de março de 2018, em duas séries ("Debêntures da 8ª Emissão"), sendo a primeira série composta por 160.000 mil (cento e sessenta e vinte mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada por 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro) de um dia, acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com prazo de vencimento em 5 (cinco) anos, portanto, 15 de março de 2023. O valor nominal das Debêntures da primeira série da 8ª Emissão será pago em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira e a segunda parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) por debênture da primeira série, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2022 e o segundo pagamento na data de vencimento da primeira série, ou seja, 15 de março de 2023.

A segunda série é composta por 160.000 mil (cento e sessenta mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada com juros remuneratórios a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com prazo de vencimento de 07 (sete) anos, portanto, em 15 de março de 2025. O valor nominal das Debêntures da segunda série da 8ª Emissão será pago em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira e a segunda parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) por debênture da segunda série, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2024 e o saldo remanescente do valor nominal na data de vencimento da segunda série, ou seja, 15 de março de 2025.

EMPRÉSTIMO – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (CCB)

Em 05 de maio de 2015, a Controladora realizou captação de um empréstimo com o banco Citibank, no montante de R\$ 181 milhões, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,4% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo é de dois anos, podendo ocorrer um pré-pagamento, após o primeiro ano de vigência do contrato. Não há ativos dados como garantia para a obtenção dessa operação financeira e não há cláusulas restritivas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas nos itens anteriores.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

De acordo com as escrituras de emissão de Debentures da Companhia, o inadimplemento, pela Companhia, não sanado no prazo previsto nas escrituras ou, nos demais casos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas) ensejará na exigibilidade do imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

As cláusulas restritivas (*covenants*) previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Terceira, Quarta, Quinta e Sexta emissões da Companhia são:

1. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
2. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os *covenants*.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em milhares de reais	2016	2015	2014
EBITDA	870.208	647.710	703.697
Endividamento Total	1.527.751	1.458.783	1.195.937
Caixa e aplicações financeiras	852.563	464.069	141.391
Endividamento Líquido	675.188	994.714	1.054.546
Índice de Endividamento Líquido/EBITDA	0,78	1,54	1,50

Em milhares de reais	2016	2015	2014
EBITDA	870.208	647.710	703.697
Resultado Financeiro	-147.425	-178.372	-91.796
EBITDA/Resultado Financeiro	5,90	3,63	7,67

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos, que vem sendo atendidas pela Companhia, das quais se destacam:

- (i) Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30 milhões;
- (ii) Transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência, as classificações de risco pela *Moody's* ou *Standard & Poor's* ou na falta destas, a *Fitch*, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação à classificação de risco vigente na data da emissão;
- (iii) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;
- (iv) Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativa ao serviço público de energia elétrica;
- (v) Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7 do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia; e
- (vi) Outros eventos detalhados no item 18 deste formulário de referência.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Os valores contratados foram 100% utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") vigentes em 31 de dezembro de 2016, e normas aplicáveis às concessionárias de uso de bem público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente.

A partir do segundo trimestre de 2015, as demonstrações financeiras passaram a ser apresentadas de forma consolidada, contemplando o efeito do resultado da controlada Rio Sapucaí Energia Ltda. (a partir de 7 de maio de 2015). A operação de transferência do controle societário para a Companhia foi realizada no dia 6 de maio.

A Companhia entende que não houve alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras consolidadas.

Contas Relevantes do Balanço Patrimonial

ATIVO	2016	% AV	% AH	2015	% AV	% AH	2014	% AV	% AH
Ativo circulante	1.015.250	23,14	53,9	659.620	15,8	115,5	306.076	8,0	-61,8
Ativo não circulante	3.372.873	76,86	-4,3	3.522.968	84,2	-0,4	3.537.767	92,0	-4,6
Total do Ativo	4.388.123	100,0	4,9	4.182.588	100,0	8,8	3.843.843	100,0	-14,8
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	% AV	% AH	2015	% AV	% AH	2014	% AV	% AH
Passivo circulante	1.333.786	30,4	76,2	757.069	18,1	94,9	388.510	10,1	-49,1
Passivo não circulante	1.282.349	29,2	-20,4	1.611.636	38,5	1,6	1.585.767	41,3	19,8
Patrimônio líquido	1.771.988	40,4	-2,3	1.813.883	43,4	-3,0	1.869.566	48,6	-22,8
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.388.123	100,0	4,9	4.182.588	100,0	8,8	3.843.843	100,0	-14,8

Ativo Circulante

O saldo do ativo circulante em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.015,3 milhões, um crescimento de 53,9% em comparação aos R\$ 659,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. O Caixa e equivalentes de caixa da Companhia representaram em 31 de dezembro de 2016,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$852,6 milhões em comparação aos R\$ 464,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação é decorrente da forte geração de caixa no período e do recebimento de R\$ 196,8 milhões da CCEE relativo a liminar sobre o GSF, concedida à APINE. Essa liminar buscou mitigar a exposição das geradoras ao elevado nível do GSF até a alocação apropriada dos custos do despacho fora da ordem de mérito.

A controlada contribuiu com R\$ 58,6 milhões (5,8%) no total do ativo circulante consolidado da Companhia.

O saldo do ativo circulante em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 659,6 milhões, um aumento de 115,5% em comparação aos R\$ 306,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. O Caixa e equivalentes de caixa da Companhia representaram em 31 de dezembro de 2015, R\$ 464,1 milhões em comparação aos R\$ 141,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. Houve aumento nesse grupo, comparado a 2014, principalmente, em função da geração de caixa do período e pela liminar do GSF concedida à APINE no exercício de 2015.

Ativo Não Circulante

O saldo do ativo não circulante em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 3.372,9 milhões, uma redução de 4,3 % em comparação aos R\$ 3.523,0 milhões de 31 de dezembro de 2015. Em 2015 a redução foi de 0,4% em comparação com o exercício de 2014. Em 2016 essa variação foi causada principalmente em função das depreciações e amortizações ocorridas no exercício, parcialmente compensadas pelas adições ocorridas no ativo imobilizado pela repotenciação e modernização da UHEs Chavantes e Capivara.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.333,8 milhões, um aumento de 76,2% em comparação aos R\$ 757,1 milhões em 31 de dezembro 2015. Esse aumento foi devido, principalmente, à reclassificação para o passivo circulante do empréstimo junto ao Citibank no valor de 230,2 milhões de principal mais juros, da 1ª parcela da 5ª emissão de debêntures, série 1, que será liquidada em maio de 2017 no valor de R\$ 79,7 milhões e o montante de R\$ 318,9 milhões proveniente da CCEE, sendo R\$ 110,3 milhões referentes ao não pagamento de compra de energia e R\$ 208,6 milhões referentes a recebimentos, ambos relativos à liminar sobre o GSF concedida à APINE, atualizado monetariamente pelo I-GPM e registrados na rubrica de suprimento de energia elétrica até a conclusão da ação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo do passivo circulante em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 757,1 milhões, um aumento de 94,9% em comparação aos R\$ 388,5 milhões em 31 de dezembro 2014. Esse aumento foi devido à reclassificação para o passivo circulante da 1ª parcela da 4ª emissão de debêntures, série 1, que será liquidada em julho de 2016, o aumento da provisão de dividendos, juros sobre o capital próprio, de impostos a pagar e o montante de R\$ 154,6 milhões proveniente da CCEE, sendo R\$ 55,6 milhões referentes ao não pagamento de compra de energia e R\$ 99,0 milhões referentes a recebimentos, ambos relativos à liminar sobre o GSF concedida à APINE, registrados na rubrica de suprimento de energia elétrica até a conclusão da ação.

A controlada contribuiu com R\$ 20,1 milhões (2,7%) no total do passivo circulante consolidado da Companhia.

O saldo do passivo circulante em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 388,5 milhões, uma redução de 49,1% em comparação aos R\$ 763,2 milhões em 31 de dezembro 2013. Houve redução nesse grupo, comparado a 2013, devido à liquidação da 2ª Emissão e pagamento de juros da 3ª Emissão das debêntures.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante em 31 de dezembro 2016 foi de R\$ 1.282,3 milhões, uma redução de 20,4%, comparado a R\$ 1.611,6 milhões em 31 de dezembro 2015. Essa variação ocorreu principalmente devido à reclassificação para o passivo circulante do empréstimo junto ao Citibank no valor de 230,2 milhões de principal mais juros e da 1ª parcela da 5ª emissão de debêntures, série 1, que será liquidada em maio de 2017 no valor de R\$ 79,7 milhões.

O saldo do passivo não circulante em 31 de dezembro 2015 foi de R\$ 1.611,6 milhões, um aumento de 1,6%, comparado a R\$ 1.585,8 milhões em 31 de dezembro 2014. Essa variação ocorreu principalmente devido à captação de empréstimo ocorrido em maio de 2015, compensado parcialmente pela transferência para o passivo circulante da 1ª parcela da 4ª Emissão de debêntures (conforme descrito no item "Passivo Circulante").

A controlada contribuiu com R\$ 0,6 milhão (0,04%) no total do passivo não circulante consolidado da Companhia.

O saldo do passivo não circulante em 31 de dezembro 2014 foi de R\$ 1.585,8 milhões, um aumento de 19,8%, comparado a R\$ 1.323,8 milhões em 31 de dezembro 2013. Essa variação ocorreu devido à 5ª Emissão de debêntures em maio de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Patrimônio Líquido**

O saldo do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.771,9 milhões, 2,3% inferior comparado com os R\$ 1.813,9 milhões de 31 de dezembro de 2015. A variação se deu principalmente em razão do resultado da realização dos ajustes de avaliação patrimonial.

O saldo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.813,9 milhões, 3,0% inferior comparado com os R\$ 1.869,6 milhões de 31 de dezembro de 2014. A variação se deu principalmente em razão do resultado da realização dos ajustes de avaliação patrimonial compensados parcialmente pela reserva de capital constituída em função da aquisição da controlada Duke Energy International Geração Sapucaí – Mirim.

O saldo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 1.869,6 milhões, 22,8% inferior comparado com os R\$ 2.423,3 milhões de 31 de dezembro de 2013. A variação é o resultado da redução de capital ocorrida em novembro de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- a. resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**
- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**
- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

A partir do segundo trimestre de 2015, as demonstrações financeiras passaram a ser apresentadas de forma consolidada, contemplando o efeito do resultado da controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. denominada anteriormente Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda. A operação de transferência do controle societário para a Companhia foi realizada no dia 6 de maio.

A Companhia é caracterizada por sólida geração de caixa operacional e baixa necessidade de recursos de capital. Como resultado de uma cuidadosa gestão de operações e manutenção de suas usinas hidrelétricas, a Companhia é capaz de controlar os custos operacionais de forma eficiente. Dessa maneira, a margem de Ebitda da Companhia tem sido em média 60% nos últimos três anos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Resultados Operacionais**

Período encerrado em 31 de dezembro de 2016 em comparação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Resultado Consolidado

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
(em milhares de reais)	2016	% Receita Operacional	2015	% Receita Operacional	% Variação 2016/2015
Receita operacional bruta	1.496.316	100	1.395.618	100	7,22
Deduções às receitas operacionais	(163.005)	-10,89	(179.398)	-12,85	(9,14)
Receita operacional líquida	1.333.311	89,11	1.216.220	87,15	9,63
Despesas operacionais					
Pessoal	(92.363)	-6,17	(85.996)	-6,16	7,40
Material	(3.946)	-0,26	(4.438)	-0,32	(11,09)
Serviços de terceiros	(54.438)	-3,64	(45.822)	-3,28	18,80
Taxa de fiscalização da ANEEL	(5.666)	-0,38	(5.075)	-0,36	11,65
Energia elétrica comprada para revenda	(87.717)	-5,86	(211.593)	-15,16	(58,54)
Encargos de uso da rede elétrica	(110.211)	-7,37	(96.877)	-6,94	13,76
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(88.371)	-5,91	(65.533)	-4,70	34,85
Depreciação e amortização	(224.978)	-15,04	(214.300)	-15,36	4,98
Provisão para contingências	(5.164)	-0,35	(7.283)	-0,52	(29,10)
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(2.520)	-0,17	156	0,01	(1.715,46)
Aluguéis	(3.885)	-0,26	(3.781)	-0,27	2,76
Seguros	(10.083)	-0,67	(5.550)	-0,40	81,66
Perda pela não recuperabilidade de ativos	17.826	1,19	(25.402)	-1,82	(170,18)
Outras	(16.565)	-1,11	(11.316)	-0,81	46,38
Total das despesas operacionais	(688.081)	-45,99	(782.810)	-56,09	(12,10)
Resultado operacional	645.230	43,12	433.410	31,06	48,87
Despesas financeiras (líquidas)	(147.425)	-9,85	(178.372)	-12,78	(17,35)
Imposto de renda e contribuição social	(136.765)	-9,14	(72.391)	-5,19	88,93
Lucro líquido	361.040	24,13	182.647	13,09	97,67

Receita Operacional

A receita operacional bruta em 2016 foi de R\$ 1.496,3 milhões, o que representa crescimento de R\$ 100,7 milhões ou 7,2% em relação ao ano anterior, como reflexo especialmente dos maiores volumes de energia vendida. Os contratos bilaterais representaram 90% da receita (95% no ano anterior). A receita líquida foi de R\$ 1.333,3 milhões, o que representou acréscimo de 9,6% em comparação com 2015

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A controlada contribuiu em R\$ 32,4 milhões (2,2%) no total da receita operacional no consolidado da Companhia.

Fornecimento de energia	2016			2015			% Variação 2016/2015
	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	
Contratos bilaterais	7.855.030	1.347.057	90,02	8.023.328	1.326.314	95,03	1,56
Contratos de leilões	484.954	72.103	4,82	-	-	-	100,00
Mercado de Curto Prazo - MCP	(21.465)	2.897	0,19	176.626	30.591	2,19	(90,53)
Mecanismo de realocação de energia - MRE	6.086.039	73.934	4,94	3.496.640	38.437	2,75	92,35
Outros	-	325	0,02	-	276	0,02	17,75
Total	14.404.558	1.496.316	100	11.696.594	1.395.618	100	7,22

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACL se manteve linear em comparação à 2015.

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACR totalizou R\$ 72,1 milhões em 2016. A Companhia em 2015, possuía 100% de seus contratos de energia elétrica celebrados bilateralmente, no Ambiente de Comercialização Livre (ACL).

Em 11 de dezembro de 2015, a Companhia participou como vendedora, do 15º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes, operacionalizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme o Edital de Leilão nº 14/2015-ANEEL. Os contratos celebrados por meio deste leilão se dão no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), com período de suprimento de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.”

Mercado de Curto Prazo

As regras de mercado preveem uma liquidação financeira que reflete o comportamento hidrológico. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é onde são apurados esses efeitos e através dessa apuração são auferidas as receitas de MRE e MCP.

A receita operacional derivada das operações no MRE aumentou para R\$ 73,9 milhões, o que representa um aumento de 92,4% em relação à 2015. Tal aumento se deve, principalmente, pelo maior volume de energia gerado em 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Deduções à Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia está sujeita ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e à Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS")/Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Dentro do estado de São Paulo o ICMS é diferido na geração de energia elétrica e nas vendas para outros estados poderá haver incidência de acordo com a legislação do estado de destino, havendo cobrança deste imposto por substituição tributária (ICMS-ST). O ICMS-ST é cobrado sobre a receita operacional bruta recebida de consumidores livres a uma taxa que pode variar entre 7% e 30%, conforme determinado pela legislação do Estado em que o consumidor livre está localizado. PIS e COFINS são cobrados sobre a receita operacional bruta a uma taxa que depende da modalidade de faturamento. No ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), a tarifa é de 3,65%, de acordo com o Artigo 47 da Lei nº 10.637/2002, que possibilita a opção por regime especial de tributação cumulativa do PIS e COFINS nas operações de compra e venda de energia junto a CCEE. Nas outras modalidades de faturamento, a tarifa sobre receita operacional bruta gerada é de 9,25%.

Em 2007, a ANEEL, através do Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/07, de 14 de novembro de 2007, estabeleceu que as despesas com pesquisa e desenvolvimento deveriam ser classificadas como deduções à receita operacional.

As deduções à receita operacional diminuíram R\$ 16,4 milhões, ou 9,1%, em relação a 2015. Tal decréscimo ocorreu, principalmente, devido à redução na comercialização com clientes de estados onde a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é maior.

A controlada contribuiu em R\$ 1,2 milhão (0,8%) no total da dedução à receita operacional no consolidado da Companhia.

Receita Operacional Líquida

Como resultado dos fatores citados em 2016, a receita operacional líquida aumentou 9,6% na comparação com 2015 alcançando R\$ 1.333,3 milhões.

Despesas Operacionais

Houve redução de 12,1% nas despesas operacionais, que totalizaram R\$ 688,1 milhões em comparação a R\$ 782,8 milhões em 2015. O desempenho expressa especialmente os menores custos de energia comprada para revenda em decorrência de melhores condições hidrológicas ao longo do ano, além da redução do preço médio no mercado de curto prazo (PLD – Preço de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Liquidação das Diferenças). Esse custo registrou decréscimo 58,5%, o equivalente a R\$ 123,9 milhões no acumulado do ano.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido de 2016 foi negativo em R\$ 147,4 milhões, o que representou impacto positivo de 17,3% na comparação com o ano anterior. Essa variação decorreu do aumento de 117,0% das receitas financeiras ocasionado, principalmente, pelo maior volume médio de recursos investidos no período, enquanto as despesas cresceram 7,4%, pouco acima da inflação registrada pelo IPCA em 2016 (6,29%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são cobrados com base em receita tributável, corrigida pelas despesas dedutíveis, indedutíveis, diferenças temporárias e a compensação de perdas de imposto de renda e contribuição social até o limite de 30% da renda tributável por ano. A atual taxa de imposto de renda é 25% e a atual taxa da contribuição social é 9%.

Em milhares de reais

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo				
IRPJ e CSLL	10.309	819	3.873	819
PIS e COFINS	967	141	1.274	141
ISS	-	-	-	-
INSS	-	1.260	-	1.168
	11.276	2.220	5.147	2.128
Passivo				
IRPJ e CSLL	153.473	-	118.246	-
PIS e COFINS	11.521	-	10.510	-
ICMS	1.782	-	1.511	-
IRRF sobre JSCP	9.483	-	8.176	-
Outros	497	-	440	-
	176.756	-	138.883	-
Ativo de imposto diferido				
Diferenças temporárias	-	(130.950)	-	(72.544)
Benefício fiscal	-	(24.488)	-	(28.183)
Receita diferida	-	(4.491)	-	(9.338)
Passivo de imposto diferido				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	340.151	-	377.165
Ajuste atuarial plano de pensão	-	2.716	-	2.424
Mais valia - Investimento em controlada	-	8.859	-	3.037
Passivo de imposto diferido (líquido)	-	191.797	-	272.561

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias**

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 (Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43), a Companhia reconheceu o valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganho de avaliação patrimonial do plano de pensão e aposentadoria no montante de R\$ 292 (R\$ 425 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, as diferenças intertemporais representadas por despesas dedutíveis no futuro, apresentam o montante de R\$ 385.147 (R\$ 213.368 em 31 de dezembro de 2015), com efeito de R\$ 130.950 de impostos diferidos ativos (R\$ 72.544 em 31 de dezembro de 2015). A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação. A principal variação ocorrida em 2016 é decorrente da liminar concedida à APINE, descrita na nota 1. Em virtude da imprevisibilidade do resultado desta liminar, a Companhia optou por oferecer seus valores à tributação e diferir seus efeitos no resultado, até que o mérito da ação seja julgado.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Demonstrações da Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2016			2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		497.805		255.038		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	124.451	44.802	169.253	63.760	22.953	86.713
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(2.260)	73	(2.187)	(2.204)	73	(2.131)
Despesas indedutíveis	2.163	619	2.782	2.021	591	2.612
Juros sobre capital próprio	(15.723)	(5.660)	(21.383)	(13.126)	(4.725)	(17.851)
Incentivos fiscais	(4.137)	-	(4.137)	(2.918)	-	(2.918)
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(5.682)	(1.914)	(7.596)	4.337	1.672	6.009
Outros	30	3	33	(46)	3	(43)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	98.842	37.923	136.765	51.824	20.567	72.391
IRPJ e CSLL correntes	162.722	60.920	223.642	124.862	46.861	171.723
IRPJ e CSLL diferidos	(63.880)	(22.997)	(86.877)	(73.038)	(26.294)	(99.332)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	98.842	37.923	136.765	51.824	20.567	72.391
Alíquota efetiva	19,9%	7,6%	27,5%	20,3%	8,1%	28,4%

Consolidado - em milhares de reais**Benefício fiscal – Ágio incorporado**

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. ("Duke Sudeste"), teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial. Segue sua composição:

	2016			2015
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(233.370)	154.020	(79.350)	(75.655)
Saldos no final do exercício	72.036	(47.548)	24.488	28.183

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

apresentado no balanço patrimonial como conta redutora desses mesmos tributos no passivo não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado no exercício conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Amortização do ágio	(10.868)	(11.770)
Reversão da provisão	7.173	7.768
Benefício fiscal	3.695	4.002
Efeito líquido no exercício	-	-

Realização do benefício fiscal referente ao ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2017	2018	2019	2020	2021 - 2022	2022 - 2024	2025 em diante	Total
Realização estimada	3.299	2.946	2.630	2.348	4.219	4.245	4.801	24.488

Lucro Líquido

O lucro líquido totalizou R\$ 361,0 milhões, resultado 97,7% superior aos R\$ 182,6 milhões em 2015. O desempenho reflete o crescimento das receitas e redução de custos registrados no exercício.

Ebitda

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

Em 2016 o Ebitda foi de R\$ 870,2 milhões, acréscimo de 34,4% em comparação ao ano anterior, principalmente em decorrência do aumento da receita operacional líquida combinado a menores despesas operacionais decorrentes em especial do menor preço médio do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e a redução do volume de compra de energia devido à

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

recuperação do cenário hidrológico. A margem Ebitda, de 65,3%, evoluiu 12 pontos percentuais em relação a 2015 (53,3%).

Ebitda e margem Ebitda
(Em milhares de reais)

	2016	2015	% Variação 2016/2015
Lucro líquido	361.040	182.647	62,5
Imposto de renda e contribuição social	136.765	72.391	58,8
Resultado financeiro (líquido)	147.425	178.372	-33,7
Depreciação e amortização	224.978	214.300	4,9
EBITDA	870.207	647.710	34,4
	<i>65,3%</i>	<i>53,3%</i>	

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Resultados Operacionais**

Período encerrado em 31 de dezembro de 2015 em comparação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Resultado Consolidado

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
(em milhares de reais)	2015	% Receita Operacional	2014	% Receita Operacional	% Variação 2015/2014
Receita operacional bruta	1.395.618	100	1.374.929	100	1,50
Deduções às receitas operacionais	(179.398)	-12,85	(151.931)	-11,05	18,08
Receita operacional líquida	1.216.220	87,15	1.222.998	88,95	(0,55)
Despesas operacionais					
Pessoal	(85.996)	-6,16	(77.328)	-5,62	11,21
Material	(4.438)	-0,32	(3.997)	-0,29	11,03
Serviços de terceiros	(45.822)	-3,28	(44.914)	-3,27	2,02
Taxa de fiscalização da ANEEL	(5.075)	-0,36	(4.073)	-0,30	24,60
Energia elétrica comprada para revenda	(211.593)	-15,16	(233.647)	-16,99	(9,44)
Encargos de uso da rede elétrica	(96.877)	-6,94	(81.761)	-5,95	18,49
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(65.533)	-4,70	(57.792)	-4,20	13,39
Depreciação e amortização	(214.300)	-15,36	(216.784)	-15,77	(1,15)
Provisão para contingências	(7.283)	-0,52	(333)	-0,02	2.087,09
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	156	0,01	1.798	0,13	(91,32)
Aluguéis	(3.781)	-0,27	(3.604)	-0,26	4,91
Seguros	(5.550)	-0,40	(4.843)	-0,35	14,60
Perda pela não recuperabilidade de ativos	(25.402)	-1,82	-	0,00	100,00
Outras	(11.316)	-0,81	(8.807)	-0,64	28,49
Total das despesas operacionais	(782.810)	-56,09	(736.085)	-53,54	6,35
Resultado operacional	433.410	31,06	486.913	35,41	(10,99)
Despesas financeiras (líquidas)	(178.372)	-12,78	(91.796)	-6,68	94,31
Imposto de renda e contribuição social	(72.391)	-5,19	(109.539)	-7,97	(33,91)
Lucro líquido	182.647	13,09	285.578	20,77	(36,04)

Receita Operacional

A receita operacional bruta em 2015 foi de R\$ 1.395,6 milhões, o que representa crescimento de R\$ 20,7 milhões, ou 1,5%, em relação ao ano anterior. O impacto foi decorrente do aumento do volume de venda de contratos bilaterais em substituição ao volume existente no ACR que se encerrou em 2014. Esse aumento foi parcialmente compensado pelas liquidações realizadas no Mercado de Curto Prazo (MCP).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A controlada contribuiu em R\$ 26,3 milhões (1,9%) no total da receita operacional no consolidado da Companhia.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de							
Fornecimento de energia	2015			2014			% Variação 2015/2014
	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	
Contratos bilaterais	8.023.328	1.326.314	95,03	6.301.864	1.053.325	76,61	25,92
Contratos de leilões	-	-	-	1.849.596	223.359	16,25	(100,00)
MCP/MRE/Outros	3.673.266	69.304	4,97	2.869.684	98.245	7,15	(29,46)
Total	11.696.594	1.395.618	100	11.021.144	1.374.929	100	1,50

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACL aumentou 25,9%, para R\$ 1.326,3 milhões em 2015, em comparação aos R\$ 1.053,3 milhões em 2014. O crescimento se deu em função dos melhores preços praticados e aumento no volume, antes negociado como ACR pelo encerramento dos contratos.

A controlada contribuiu em R\$ 23,8 milhões (1,8%) no total da receita operacional derivada dos contratos de ACL no consolidado da Companhia.

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”)

Devido ao encerramento de contratos nessa modalidade, em 2015 não houve receita derivada dos contratos do ACR. Em 2014 a receita operacional foi de R\$223,4 milhões.

Mercado de Curto Prazo

As regras de mercado preveem uma liquidação financeira que reflete o comportamento hidrológico. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é onde são apurados esses efeitos e através dessa apuração são auferidas as receitas de MRE e PLD.

A receita operacional derivada das operações de MCP e MRE reduziu R\$ 24,4 milhões, o que representa um decréscimo de 26,1% em relação a 2014. Tal redução se deve, principalmente, ao cenário hidrológico que permaneceu desfavorável no exercício de 2015.

Deduções à Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia está sujeita ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e à Contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”)/Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”). Dentro do estado de São Paulo o ICMS

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

é diferido na geração de energia elétrica e nas vendas para outros estados poderá haver incidência de acordo com a legislação do estado de destino, havendo cobrança deste imposto por substituição tributária (ICMS-ST). O ICMS-ST é cobrado sobre a receita operacional bruta recebida de consumidores livres a uma taxa que pode variar entre 7% e 30%, conforme determinado pela legislação do Estado em que o consumidor livre está localizado. PIS e COFINS são cobrados sobre a receita operacional bruta a uma taxa que depende da modalidade de faturamento. No ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), a tarifa é de 3,65%, de acordo com o Artigo 47 da Lei nº 10.637/2002, que possibilita a opção por regime especial de tributação cumulativa do PIS e COFINS nas operações de compra e venda de energia junto a CCEE. Nas outras modalidades de faturamento, a tarifa sobre receita operacional bruta gerada é de 9,25%.

Em 2007, a ANEEL, através do Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/07, de 14 de novembro de 2007, estabeleceu que as despesas com pesquisa e desenvolvimento deveriam ser classificadas como deduções à receita operacional.

As deduções à receita operacional aumentaram R\$ 27,5 milhões, ou 18,1%, em relação a 2014. Tal crescimento ocorreu, principalmente, devido ao aumento na apuração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) decorrente de comercialização com clientes de estados onde a alíquota de imposto é maior.

A controlada contribuiu em R\$ 1,0 milhão (0,6%) no total da dedução à receita operacional no consolidado da Companhia.

Receita Operacional Líquida

Como resultado dos fatores citados, em 2015, a receita operacional líquida reduziu 0,6% na comparação com 2014 alcançando R\$ 1.216,2 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 782,8 milhões, aumento de 6,35% em relação ao montante do ano anterior (R\$ 736,1 milhões), principalmente em decorrência da consolidação das despesas operacionais da controlada.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido apresentado em 2015 foi negativo em R\$ 178,4 milhões, o que representa impacto negativo de 94,3% na comparação com o ano de 2014. Essa variação

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

decorreu da diminuição das receitas financeiras ocasionada principalmente pelo menor volume médio investido no exercício, e também do aumento das despesas financeiras consequência da elevação dos índices inflacionários.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são cobrados com base em receita tributável, corrigida pelas despesas dedutíveis, indedutíveis, diferenças temporárias e a compensação de perdas de imposto de renda e contribuição social até o limite de 30% da renda tributável por ano. A atual taxa de imposto de renda é 25% e a atual taxa da contribuição social é 9%.

Em milhares de reais

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo				
IRPJ e CSLL	3.873	819	8.584	819
PIS e COFINS	1.274	141	7.265	141
ISS	-	-	21	-
INSS	-	1.168	39	-
	5.147	2.128	15.909	960
Passivo				
IRPJ e CSLL	118.246	-	75.475	-
PIS e COFINS	10.510	-	10.145	-
ICMS	1.511	-	1.468	-
IRRF sobre JSCP	8.176	-	9.454	-
Outros	440	-	336	-
	138.883	-	96.878	-
Ativo de imposto diferido				
Diferenças temporárias	-	(72.544)	-	(10.971)
Benefício fiscal	-	(28.183)	-	(32.185)
Receita diferida	-	(9.338)	-	(4.448)
Passivo de imposto diferido				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	377.165	-	414.036
Ajuste atuarial plano de pensão	-	2.424	-	1.998
Mais valia - Investimento em controlada	-	3.037	-	-
Passivo de imposto diferido (líquido)	-	272.561	-	368.430

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 (Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43), a

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Companhia reconheceu o valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganho de avaliação patrimonial do plano de pensão e aposentadoria no montante de R\$ 425 (R\$ 161 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, as diferenças intertemporais representadas por despesas dedutíveis no futuro, apresentaram o montante de R\$ 213.368 (R\$ 32.268 em 31 de dezembro de 2014), com efeito de R\$ 72.544 em impostos diferidos ativos (R\$ 10.971 em 31 de dezembro de 2014). A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação. A principal variação ocorrida em 2015 é decorrente da liminar concedida à APINE. Em virtude da imprevisibilidade do resultado desta liminar, a Companhia optou por oferecer seus valores à tributação e diferir seus efeitos no resultado, até que o mérito da ação seja julgado.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis).

Demonstrações da Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

	2015			2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	255.038			395.117		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	63.760	22.953	86.713	98.779	35.561	134.340
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(2.204)	73	(2.131)	(2.196)	74	(2.122)
Despesas indedutíveis	2.021	591	2.612	2.365	710	3.075
Juros sobre capital próprio	(13.126)	(4.725)	(17.851)	(15.676)	(5.643)	(21.319)
Incentivos fiscais	(2.918)	-	(2.918)	(4.414)	-	(4.414)
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	4.337	1.672	6.009	-	-	-
Outros	(46)	3	(43)	(29)	8	(21)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	51.824	20.567	72.391	78.829	30.710	109.539
IRPJ e CSLL correntes	124.862	46.861	171.723	102.089	39.084	141.173
IRPJ e CSLL diferidos	(73.038)	(26.294)	(99.332)	(23.260)	(8.374)	(31.634)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	51.824	20.567	72.391	78.829	30.710	109.539
Alíquota efetiva	20,3%	8,1%	28,4%	20,0%	7,8%	27,8%

Em milhares de reais

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Benefício fiscal – Ágio incorporado**

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. ("Duke Sudeste"), teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial. Segue sua composição:

	2015			2014
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
SalDOS oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(222.502)	146.847	(75.655)	(71.653)
SalDOS no final do exercício	82.904	(54.721)	28.183	32.185

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como conta redutora desses mesmos tributos no passivo não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado no exercício conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Amortização do ágio	(11.770)	(12.745)
Reversão da provisão	7.768	8.412
Benefício fiscal	4.002	4.333
Efeito líquido no exercício	-	-

Realização do benefício fiscal referente ao ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2016	2017	2018	2019	2020 - 2021	2022 - 2024	2025 em diante	Total
Realização estimada	3.695	3.299	2.946	2.630	4.445	5.035	6.133	28.183

Lucro Líquido

Em 2015, a Companhia registrou redução de 36,0% no lucro líquido consolidado comparativamente a 2014. O principal fator que contribuiu para esse resultado foi o cenário hidrológico que permaneceu desfavorável no exercício de 2015, com retração de demanda e maior despacho térmico, o que resultou em compra de energia no mercado de curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Controladora registrou como equivalência patrimonial o efeito do prejuízo da Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda., no montante de R\$ (13,4) milhões.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia destina 100% do lucro líquido ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, após constituição da reserva legal.

Ebitda

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado como o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda apresentou redução de 8,0% em comparação ao exercício de 2014, principalmente em decorrência do decréscimo do resultado do exercício da Companhia e de sua controlada em virtude do volume de compra de energia no mercado de curto prazo.

Ebitda e margem Ebitda (Em milhares de reais)

	2015	2014	% Variação 2015/2014
Lucro líquido	182.647	285.578	-36,0
Imposto de renda e contribuição social	72.391	109.539	-33,9
Resultado financeiro (líquido)	178.372	91.796	94,3
Depreciação e amortização	214.300	216.784	-1,1
EBITDA	647.710	703.697	-8,0
	53,3%	57,5%	

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Resultados Operacionais**

Período encerrado em 31 de dezembro de 2014 em comparação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
(em milhares de reais)	2014	% Receita Operacional	2013	% Receita Operacional	% Variação 2014/2013
Receita operacional bruta	1.374.929	100	1.354.619	100	1,50
Deduções às receitas operacionais	(151.931)	-11,05	(138.583)	-10,23	9,63
Receita operacional líquida	1.222.998	88,95	1.216.036	89,77	0,57
Despesas operacionais					
Pessoal	(77.328)	-5,62	(73.397)	-5,42	5,36
Material	(3.997)	-0,29	(4.025)	-0,30	(0,70)
Serviços de terceiros	(44.914)	-3,27	(40.542)	-2,99	10,78
Taxa de fiscalização da ANEEL	(4.073)	-0,30	(4.190)	-0,31	(2,79)
Energia elétrica comprada para revenda	(233.647)	-16,99	(17.033)	-1,26	1.271,73
Encargos de uso da rede elétrica	(81.761)	-5,95	(77.604)	-5,73	5,36
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(57.792)	-4,20	(62.024)	-4,58	(6,82)
Depreciação e amortização	(216.784)	-15,77	(217.436)	-16,05	(0,30)
Provisão para contingências	(333)	-0,02	(4.714)	-0,35	(92,94)
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	1.798	0,13	371	0,03	384,64
Aluguéis	(3.604)	-0,26	(3.741)	-0,28	(3,66)
Seguros	(4.843)	-0,35	(4.364)	-0,32	10,98
Outras	(8.807)	-0,64	(11.109)	-0,82	(20,72)
Total das despesas operacionais	(736.085)	-53,54	(519.808)	-38,37	41,61
Resultado operacional	486.913	35,41	696.228	51,40	(30,06)
Despesas financeiras (líquidas)	(91.796)	-6,68	(101.131)	-7,47	(9,23)
Imposto de renda e contribuição social	(109.539)	-7,97	(176.846)	-13,06	(38,06)
Lucro líquido	285.578	20,77	418.251	30,88	(31,72)

Receita Operacional

A receita operacional bruta em 2014 foi de R\$ 1.374,9 milhões, o que representa crescimento de R\$ 20,3 milhões, ou 1,5%, em relação ao ano anterior. O impacto positivo referente ao aumento de volume e preço nos contratos bilaterais foi parcialmente compensado pela redução dos volumes de energia vendida no mercado de curto prazo.

Fornecimento de energia	2014			2013			% Variação 2014/2013
	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	
Contratos bilaterais	6.301.864	1.053.325	76,61	6.231.649	958.980	70,79	9,84
Contratos de leilões	1.849.596	223.359	16,25	2.315.564	259.044	19,12	(13,78)
PLD/MRE/Outros	2.869.684	98.245	7,15	3.437.298	136.595	10,08	(28,08)
Total	11.021.144	1.374.929	100	11.984.511	1.354.619	100	1,50

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACL aumentou 9,8%, para R\$ 1.053,3 milhões em 2014, em comparação aos R\$ 958,9 milhões em 2013. O crescimento se deu em função dos melhores preços praticados e aumento no volume, antes negociado como ACR pelo encerramento dos contratos.

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACR diminuiu 13,8%, totalizando R\$ 223,4 milhões em 2014 em comparação aos R\$ 259,0 milhões em 2013. A principal razão da redução da receita dos contratos de ACR foi o encerramento de contratos nessa modalidade.

Mercado de Curto Prazo

As regras de mercado preveem uma liquidação financeira que reflete o comportamento hidrológico. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é onde são apurados esses efeitos e através dessa apuração são auferidas as receitas de MRE e PLD.

A receita operacional derivada das operações no MRE reduziu R\$ 3,3 milhões, o que representa uma redução de 10,7% em relação a 2013. Tal redução se deve, principalmente, pelo cenário hidrológico desfavorável em 2014.

Deduções à Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia está sujeita ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e à Contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”)/Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”). Dentro do estado de São Paulo o ICMS é diferido na geração de energia elétrica e nas vendas para outros estados poderá haver incidência de acordo com a legislação do estado de destino, havendo cobrança deste imposto por substituição tributária (ICMS-ST). O ICMS-ST é cobrado sobre a receita operacional bruta recebida de consumidores livres a uma taxa que pode variar entre 7% e 30%, conforme determinado pela legislação do Estado em que o consumidor livre está localizado. PIS e COFINS são cobrados sobre a receita operacional bruta a uma taxa que depende da modalidade de faturamento. No ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), a tarifa é de 3,65%, de acordo com o Artigo 47 da Lei nº 10.637/2002, que possibilita a opção por regime especial de tributação cumulativa do PIS e COFINS nas operações de compra e venda

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

de energia junto a CCEE. Nas outras modalidades de faturamento, a tarifa sobre receita operacional bruta gerada é de 9,25%.

Em 2007, a ANEEL, através do Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/07, de 14 de novembro de 2007, estabeleceu que as despesas com pesquisa e desenvolvimento deveriam ser classificadas como deduções à receita operacional.

As deduções à receita operacional aumentaram R\$ 13,3 milhões, ou 9,6%, em relação a 2013. Tal crescimento ocorreu principalmente, devido a alteração da composição da receita operacional nas linhas de Mercado de Curto Prazo (MCP), Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Receita Operacional Líquida

Como resultado dos fatores citados, em 2014, a receita operacional líquida aumentou 0,6% na comparação com 2013 e alcançou R\$ 1.223,0 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 736,1 milhões, aumento de 41,6% em relação ao montante do ano anterior (R\$ 519,8 milhões), principalmente em decorrência do aumento da energia elétrica comprada para revenda.

As demais despesas gerais e administrativas, aumentaram principalmente em função dos reajustes inflacionários.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro apresentado em 2014 foi negativo em R\$ 91,8 milhões, o que representa redução de 9,2% na comparação com o ano de 2013. O aumento das receitas é decorrente das aplicações financeiras e em contrapartida, o aumento das despesas é proveniente da elevação dos índices inflacionários.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são cobrados com base em receita tributável, corrigida pelas despesas dedutíveis, indedutíveis, diferenças temporárias e a compensação de perdas de imposto de renda e contribuição social até o limite de 30% da renda tributável por ano. A atual taxa de imposto de renda é 25% e a atual taxa da contribuição social é 9%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia optou pelo Regime Transitório de Tributação ("RTT") de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/2007, e pelos arts. 36 e 37 da MP nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), que modificam o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no Art. 191 da Lei nº 6.404/1976. Os efeitos advindos da adoção das leis mencionadas anteriormente não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Em milhares de reais

	2014		2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo				
IRPJ e CSLL	8.584	819	4.772	-
PIS e COFINS	7.265	141	227	-
ICMS	-	-	-	318
ISS	21	-	21	-
INSS	39	-	39	-
	15.909	960	5.059	318
Passivo				
IRPJ e CSLL	75.475	-	160.538	-
PIS e COFINS	10.145	-	10.018	-
ICMS	1.468	-	1.442	-
IRRF sobre JSCP	9.454	-	9.934	-
Outros	336	-	308	-
	96.878	-	182.240	-
Ativo de imposto diferido				
Diferenças temporárias	-	(10.971)	-	(11.495)
Benefício fiscal	-	(32.185)	-	(36.518)
Receita Diferida	-	(4.448)	-	(3.152)
Passivo de imposto diferido				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	414.036	-	449.231
Ajuste atuarial Plano de pensão	-	1.998	-	1.837
Passivo de imposto diferido (líquido)	-	368.430	-	399.903

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias**

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 (Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43), a Companhia reconheceu o valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganho de avaliação patrimonial do plano de pensão e aposentadoria no montante de R\$ 161 (R\$ 746 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, as diferenças intertemporais representadas por despesas dedutíveis no futuro, apresentam o montante de R\$ 32.268 (R\$ 33.809 em 31 de dezembro de 2013), correspondentes a R\$ 10.971 de impostos diferidos ativos (R\$ 11.495 em 31 de dezembro de 2013). A realização do imposto de renda e contribuição social ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis).

Demonstrações da Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social***Em milhares de reais***

	2014			2013		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		395.117			595.097	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	98.779	35.561	134.340	148.774	53.559	202.333
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(2.196)	74	(2.122)	(2.212)	74	(2.138)
Despesas indedutíveis	2.365	710	3.075	2.082	610	2.692
Juros sobre capital próprio	(15.676)	(5.643)	(21.319)	(16.738)	(6.026)	(22.764)
Incentivos fiscais	(4.414)	-	(4.414)	(3.607)	-	(3.607)
Ajuste saldo negativo 2012	-	-	-	244	118	362
Outros	(29)	8	(21)	(39)	7	(32)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	78.829	30.710	109.539	128.504	48.342	176.846
IRPJ e CSLL corrente	102.089	39.084	141.173	152.480	56.973	209.453
IRPJ e CSLL diferidos	(23.260)	(8.374)	(31.634)	(23.976)	(8.631)	(32.607)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	78.829	30.710	109.539	128.504	48.342	176.846
Alíquota efetiva	20,0%	7,8%	27,8%	21,6%	8,1%	29,7%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação das seguintes normas: CPC 33 R1 (Benefícios a empregados), CPC 10 (R1) (Pagamento baseado em ações) e CPC 27 (Ativo imobilizado).

Benefício fiscal – Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda ("Duke Sudeste"), teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial. Segue sua composição:

	31/12/2014			31/12/2013
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(210.732)	139.079	(71.653)	(67.320)
Saldos no final do período	94.674	(62.489)	32.185	36.518

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como conta redutora desses mesmos tributos no passivo não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado no exercício conforme demonstrado a seguir:

	2014	2013
Amortização do ágio	(12.745)	(13.752)
Reversão da provisão	8.412	9.076
Benefício fiscal	4.333	4.676
Efeito líquido no período	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Realização do benefício fiscal referente ao ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 - 2021	2022 - 2024	2025 em diante	Total
Realização estimada	4.002	3.695	3.299	2.946	2.630	4.445	5.035	6.133	32.185

Lucro Líquido

Em 2014, a Companhia registrou redução no lucro líquido de 31,7% comparativamente a 2013, de R\$ 418,3 milhões para R\$ 285,6 milhões. O principal fator que contribuiu para essa redução foi o aumento das despesas operacionais na rubrica de "Energia comprada para revenda", em virtude do cenário hidrológico desfavorável devido a escassez de chuvas. De acordo com seu Estatuto Social, a companhia destina 100% do lucro líquido ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, após constituição da reserva legal.

Ebitda

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado como o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda reduziu 23,0% em comparação ao exercício de 2013, principalmente em decorrência do aumento da energia comprada para revenda.

**Ebitda e margem Ebitda
(Em milhares de reais)**

	2014	2013	% Variação 2014/ 2013
Lucro líquido	285.578	418.251	-31,7
Imposto de renda e contribuição social	109.539	176.846	-38,1
Resultado financeiro (líquido)	91.796	101.131	-9,2
Depreciação e amortização	216.784	217.436	-0,3
EBITDA ⁽¹⁾	703.697	913.664	-23,0
	57,5%	75,1%	

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs***a. introdução ou alienação de segmento operacional***

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional que causasse efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 02 de outubro de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.182/2015, publicada em 22 de abril de 2015, a aquisição Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., anteriormente denominada Duke Energy Internacional Geração Sapucaí-Mirim Ltda (então DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda) pela Companhia, conforme informações detalhadas no item 6.5 deste formulário de referência, pelo preço de aquisição de R\$ 181 milhões de reais para compra e venda da totalidade da participação da Rio Paranapanema Participações Ltda., anteriormente denominada Duke Energy International Brasil Ltda., sendo que o Preço de Aquisição ficou sujeito a ajuste em decorrência da variação na posição da Dívida Líquida da Sociedade, no montante R\$ 10.434.027 (dez milhões e quatrocentos e trinta e quatro mil e vinte e sete reais), verificada entre 30 de junho de 2014 e a data de fechamento, 06 de maio de 2015, conforme veio a constar nas Demonstrações Financeiras de Fechamento. A data da consumação da cessão e transferência das Quotas da Rio Sapucaí-Mirim Energia, anteriormente denominada Duke Energy Internacional Geração Sapucaí-Mirim Ltda (então DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda) para a Companhia foi 07 de maio de 2015.

Essa operação, adicionou 32,5MW de capacidade instalada ao parque gerador da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, de 15 fevereiro 2018, a proposta do Conselho de Administração para a captação de recursos pela Companhia no mercado na forma de dívida, por meio da 8ª emissão pública de 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A, as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) nas deliberações da reunião da diretoria da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2018 ("RD"); (ii) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2018 ("RCA"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

datado de 18 de janeiro de 2018; (iv) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2018 ("AGE"); (v) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia que ratificará o resultado do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo) ("RCA Bookbuilding").

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, de 17 de julho de 2017, a proposta do Conselho de Administração para a captação de recursos pela Companhia no mercado na forma de dívida, por meio da 7ª emissão pública de 420.000 (quatrocentos e vinte mil) debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), coordenada pelo Banco Bradesco BBI, as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) nas deliberações da reunião da diretoria da Companhia realizada em 31 de maio de 2017 ("RD"); (ii) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 31 de maio de 2017 ("RCA"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 31 de maio de 2017; (iv) nas deliberações da reunião da diretoria da Companhia realizada em 21 de junho de 2017 ("RD"); (v) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 21 de junho de 2017 ("RCA de 21 de junho"); (vi) nas deliberações da reunião do conselho fiscal da Companhia realizada em 22 de junho de 2017; (vii) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 17 de julho de 2017 ("AGE");

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, de 15 de julho de 2016, a proposta do Conselho de Administração para a captação de recursos pela Companhia no mercado na forma de dívida, por meio da 6ª emissão pública de 16.000 (dezesesseis mil) debêntures, não conversíveis em ações, em série única, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), coordenada pelo Banco Citibank S.A, as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) nas deliberações da reunião da diretoria da Companhia realizada em 17 de junho de 2016 ("RD"); (ii) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 17 de junho de 2016 ("RCA"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 17 de junho de 2016; (iv) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 23 de agosto de 2016 ("RCA de 23 de agosto"); e (v) nas deliberações da

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 15 de julho de 2016 ("AGE");

Em 04 de maio de 2015 foi Aprovada em Reunião do Conselho de Administração a contratação do Banco Citibank para a emissão de Cédula de Crédito Bancário, representativa de operação de empréstimo, de acordo com Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, no montante de R\$ 181.000, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,40% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo é de dois anos, podendo ocorrer um pré-pagamento, após o primeiro ano de vigência do contrato. Não há ativos dados como garantia para a obtenção dessa operação financeira e não há cláusulas restritivas. Os recursos deste empréstimo foram 100% utilizados para a aquisição do ativo mencionado no item "b." acima.

Em 12 de agosto de 2014, após aprovação da proposta de redução de capital por todos os órgãos sociais e regulatórios da Companhia, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária, para apreciar e votar a proposta da Administração sobre a redução do capital social, previamente aprovada pela SFF da ANEEL, de acordo com o Despacho nº 140 de 21 de janeiro de 2014 e nº 3375 de 26 de agosto de 2014. Nesse sentido, em 28 de agosto de 2014, a proposta da Companhia de Redução de Capital foi devidamente aprovada pelos Acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária e paga aos acionistas em 07 de novembro de 2014 após transcorrido o prazo de 60 dias (sessenta dias) de oposição de credores, previsto no parágrafo 2º do art. 174 da Lei nº 6.404/1976 sem a incidência de correção sobre o valor creditado aos acionistas entre a data de deliberação da AGE e o efetivo crédito aos acionistas. A redução de capital, de R\$ 1.339.137.503,80 para R\$ 839.137.503,80 com uma redução efetiva no valor de R\$ 500.000.000,00 milhões não acarretou no cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais representativas do capital social, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

Em 28 de abril de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta do Conselho de Administração para a captação de recursos pela Companhia no mercado na forma de dívida, por meio da 5ª emissão pública de 47.900 (quarenta e sete mil e novecentas) debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A., as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores qualificados.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) da reunião da diretoria da Companhia realizada em 25 de março de 2014 ("RD"); (ii) da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 03 de abril de 2014 ("RCA de 03 de abril de 2014"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 03 de abril de 2014 ("Parecer"); (iv) da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 28 de abril de 2014 ("AGE").

A Companhia registra em suas demonstrações financeiras todos os impactos financeiros relativos às operações relacionadas no item "c." acima. Detalhes dessas operações podem ser encontrados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia e sua controlada não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16	Leasing	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações ao IAS 7	Refere-se ao requerimento de a entidade divulgar notas explicativas que permitam aos usuários das DFs avaliarem as mudanças em passivos advindos de atividades de financiamento	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
Modificações ao IAS 12	Refere-se a aspectos específicos sobre o reconhecimento de impostos diferidos	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Administração da Companhia avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados nas Demonstrações Financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2016.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 2016, os Auditores Independentes apresentaram em seu parecer a respeito das Demonstrações Financeiras da Companhia o seguinte parágrafo de ênfase:

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.11 e nº 3.1.2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

prazo estimado de vida útil, considerando os fatos e as circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do Poder Concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em 2015, os Auditores Independentes apresentaram em seu parecer a respeito das Demonstrações Financeiras da Companhia o seguinte parágrafo de ênfase:

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.11 e nº 3.1.2 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando os fatos e as circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do Poder Concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em 2014, os Auditores Independentes apresentaram em seu parecer a respeito das Demonstrações Financeiras da Companhia o seguinte parágrafo de ênfase:

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.10 e nº 3.1.2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando os fatos e as circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do Poder Concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para o registro de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de provisões para imposto de renda, contribuição social e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, quando aplicável, as regulamentações emitidas pela ANEEL, quando esta não estiver em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de barragens, edificações, máquinas, móveis e veículos na data de convergência para IFRS, e determinados ativos financeiros compreendendo ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente e;

Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de sua Controlada no processo de aplicação das suas políticas contábeis.

Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controlada

Controlada é uma entidade na qual a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). A controlada é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as adotadas pela Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em curto espaço de tempo.

Instrumentos financeiros

Classificação

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nestas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada possuem os seguintes instrumentos financeiros:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e sua controlada compreendem "Contas a receber de clientes, e demais contas a receber". A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia e sua controlada se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e sua controlada tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas) líquidos" no período em que ocorrem.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas***Compensação de instrumentos financeiros***

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros***Ativos negociados ao custo amortizado***

A Companhia e sua controlada avaliam no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e sua controlada utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- ii. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e sua controlada pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio de resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se o impairment não tivesse sido reconhecido

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas***Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - Impairment***

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e sua controlada não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados na rubrica ("outros ativos") no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros, para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo da concessão.

Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do circulante no passivo, relacionada a provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

Ativos intangíveis***Softwares***

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e sua controlada, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Utilização de bem público – UBP

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através dos contratos de concessões, a Companhia pagou, ao longo de cinco anos, contados a partir das assinaturas dos contratos, valores anuais, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do período de concessão.

Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido a Companhia e sua controlada entenderem que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente, como segue:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Vida útil média remanescente:

	Controladora	Controlada
Reservatórios, barragens e adutoras	14	45
Edificações, obras civis e benfeitorias	19	43
Máquinas e equipamentos	12	30
Veículos	6	3
Móveis e utensílios	5	14

Administração da Companhia e sua controlada entendem, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão / autorização e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia e sua controlada avaliarão os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

Contratos de Concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a ANEEL assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão – RGR (exceto recursos retidos originalmente pela Cesp e parcialmente transferidos à Companhia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/98 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a ANEEL e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8MW médios são disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 14 de maio de 2015, foi publicada a portaria Ministério de Minas e Energia - MME nº 156/2015, que autorizou o aumento da garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas ("UHE") Capivara, UHE Rosana e UHE Taquaruçu, sob concessão da Companhia.

Em razão dessa autorização, a garantia física de energia total da Companhia passou de 1.085,6 MW médios para 1.104,8 MW médios.

Após a finalização da modernização da Unidade Geradora 1 da UHE Chavantes, a ANEEL publicou em 29 de julho de 2015, o despacho nº 2.436/2015 que autorizou o acréscimo de 4,1 MW médios na garantia física da usina.

Dessa forma a garantia física de energia total da Companhia, passou de 1.104,8 MW médios para 1.108,9 MW médios.

Em 2016 foram concluídas as modernizações das unidades geradoras UG-2 e UG-3 da UHE Chavantes, que resultaram no aumento escalonado da garantia física conforme estabelecido na Portaria MME nº 53/2013.

Assim, após as finalizações das modernizações da UG-2 e da UG-3, foram publicados respectivamente nas datas de 16 de dezembro de 2016 e 7 de abril de 2016, o Despacho ANEEL nº 3.266/2016 e o Despacho ANEEL nº 848/2016, que autorizaram os acréscimos de 0,5 MWm (UG-2) e 1,1 MWm (UG-3) na garantia física da UHE Chavantes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Dessa forma, a garantia física de energia total da Companhia, passou de 1.108,9 MWm em 31/12/2015 para 1.110,5 MWm em 31/12/2016, valores estes que incluem a parcela de garantia física pertencente à CBA no Consórcio Canoas.

Resoluções autorizativas

Controlada

A ANEEL autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes – SEBAND – Ltda. (“SEBAND”).

Em fevereiro de 2007, a Duke Energy International, Brasil Ltda. (“Duke Brasil”) e a SEBAND assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Duke Energy International Geração Sapucaí – Mirim Ltda. (antiga DEB), concomitantemente à transferência integral das quotas da controlada para a Duke Brasil.

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a ANEEL autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da SEBAND para a Duke Energy International Geração Sapucaí – Mirim.

Em 22 de abril de 2015, ocorreu a transferência pela Duke Brasil do controle societário da controlada para Companhia.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa □ UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada realizaram referida revisão.

Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

Debêntures e Empréstimos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Provisões

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

passados, provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia e sua controlada liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e sua controlada com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

Benefícios a empregados***Obrigações de aposentadoria***

A Companhia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método da unidade de crédito projetada e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 (CPC 33 (R1)). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Para este plano, a Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Neste caso, a Companhia tem obrigações legais de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar os benefícios a todos os empregados.

A Companhia reconhece passivo no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia reconheceria um ativo no balanço patrimonial se os superávits do plano de benefício definido levassem a uma redução efetiva dos pagamentos de contribuições futuras. No momento, o superávit verificado não atendeu a esse critério e nenhum ativo foi constituído.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Companhia.

Pagamento baseado em ações, liquidados com instrumentos patrimoniais

Não há plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Diretoria Estatutária.

A Duke Energy Corporation (antiga Controladora da Companhia), por outro lado, opera um plano de remuneração baseado em ações, liquidado com seus instrumentos patrimoniais, para o qual elegia alguns executivos da Companhia a participar.

A Companhia recebe os serviços dos executivos elegíveis como contraprestação à remuneração baseada em ações da antiga Controladora, sendo estes valores calculados pelo valor justo das ações da Controladora na data da concessão, e reconhecido como despesa, em contrapartida do aumento do patrimônio líquido da Companhia, em conformidade com o CPC 10 R1 (Pagamento baseado em ações).

Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia ou pela controlada antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia e sua controlada reconhecem os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

Participação nos lucros

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados, com base em uma fórmula que leva em conta o lucro líquido combinado do exercício conforme Acordo Coletivo vigente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas***Capital Social***

Ações Ordinárias (ON) e Preferenciais (PN) são classificadas como patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Reconhecimento da receita***Receita de comercialização de energia***

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (iii) quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e controlada, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e sua controlada reconhecem as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia e sua controlada, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

Receita diferida

A Companhia e sua controlada possuem contratos de longo prazo de venda de energia contendo, além da cláusula de atualização monetária por índices de preços, a previsão de redução do preço contratado na energia a ser fornecida no futuro. Em consonância com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 05 - Orientação sobre Contratos de Concessão), para fins de linearização da receita ao longo do tempo, a Companhia e sua controlada diferem a parcela da receita obtida entre o preço de venda e o preço médio de venda no decorrer do contrato.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas***Receita financeira***

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

Distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JSCP

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o pagamento de JSCP, pode ser deduzido do montante de dividendos a pagar. O montante calculado está em conformidade com a legislação vigente e o benefício fiscal gerado é reconhecido na demonstração do resultado.

Demonstrações de Valor Adicionado

A Companhia e sua controlada elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pela legislação societária brasileira às companhias abertas. Para fins de IFRS, tais demonstrações representam informação financeira suplementar.

Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada elaboram estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

Imposto de renda, contribuição social e impostos diferidos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos, que tem por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 (Ativo imobilizado) em 1º de janeiro de 2009 e contratou consultoria especializada para elaboração da avaliação do ativo imobilizado. A Companhia registra sua depreciação de acordo com a vida útil determinada pelos avaliadores que leva em consideração: (i) os valores residuais dos ativos (de indenização ao final da concessão ou da autorização admitidos pelos reguladores); e (ii) respeita a vida útil econômica estimada pelos reguladores que vem sendo aceita pelo mercado como adequada, a menos que exista evidência robusta de que outra vida útil é mais adequada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperação de ativos de vida longa.

Impairment

A Companhia e sua controlada testam a recuperação de seus ativos segregados por unidade geradora de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que sejam classificados como *off-balance sheet items*.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que a Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que a Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que a Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 13 de maio de 2015, foi publicada pela ANEEL a Portaria nº 156/2016, que revisou extraordinariamente a Garantia Física da UHE Capivara.

Em setembro de 2015, foi assinado contrato de repotenciação e modernização das unidades geradoras UHE Capivara. Este projeto contempla a substituição das turbinas hidráulicas por outras de melhor rendimento, possibilitando um aumento de 8,1MW na garantia física da usina. A obra iniciou em 2016 e o montante estimado foi de R\$ 133 milhões.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

No início de 2016, o acionista controlador Duke Energy anunciou a intenção de vender seus ativos na América Latina, o que resultou na venda da sua participação nas empresas estabelecidas no Brasil para a CTG no Brasil.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em 02 de outubro de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.182/2015, publicada em 22 de abril de 2015, a aquisição da DEB, posteriormente chamada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda, pela Companhia, conforme informações detalhadas no item 6.5 deste formulário de referência, pelo preço de aquisição de R\$ 181 milhões de reais para compra e venda da totalidade da participação da Duke Energy International Brasil Ltda., atualmente denominada Rio Paranapanema Participações, sendo que o Preço de Aquisição ficou sujeito a ajuste em decorrência da variação na posição da Dívida Líquida da Sociedade, no montante R\$ 10.434.027 (dez milhões e quatrocentos e trinta e quatro mil e vinte e sete reais), verificada

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

entre 30 de junho de 2014 e a data de fechamento, 06 de maio de 2015, conforme veio a constar nas Demonstrações Financeiras de Fechamento. A data da consumação da cessão e transferência das Quotas da Rio Sapucaí-Mirim para a Companhia foi 07 de maio de 2015.

Essa operação, adicionou 32,5MW de capacidade instalada ao parque gerador da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

No entendimento da Administração, todos os fatos relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e de sua controlada foram comentados nos demais itens desta seção.